

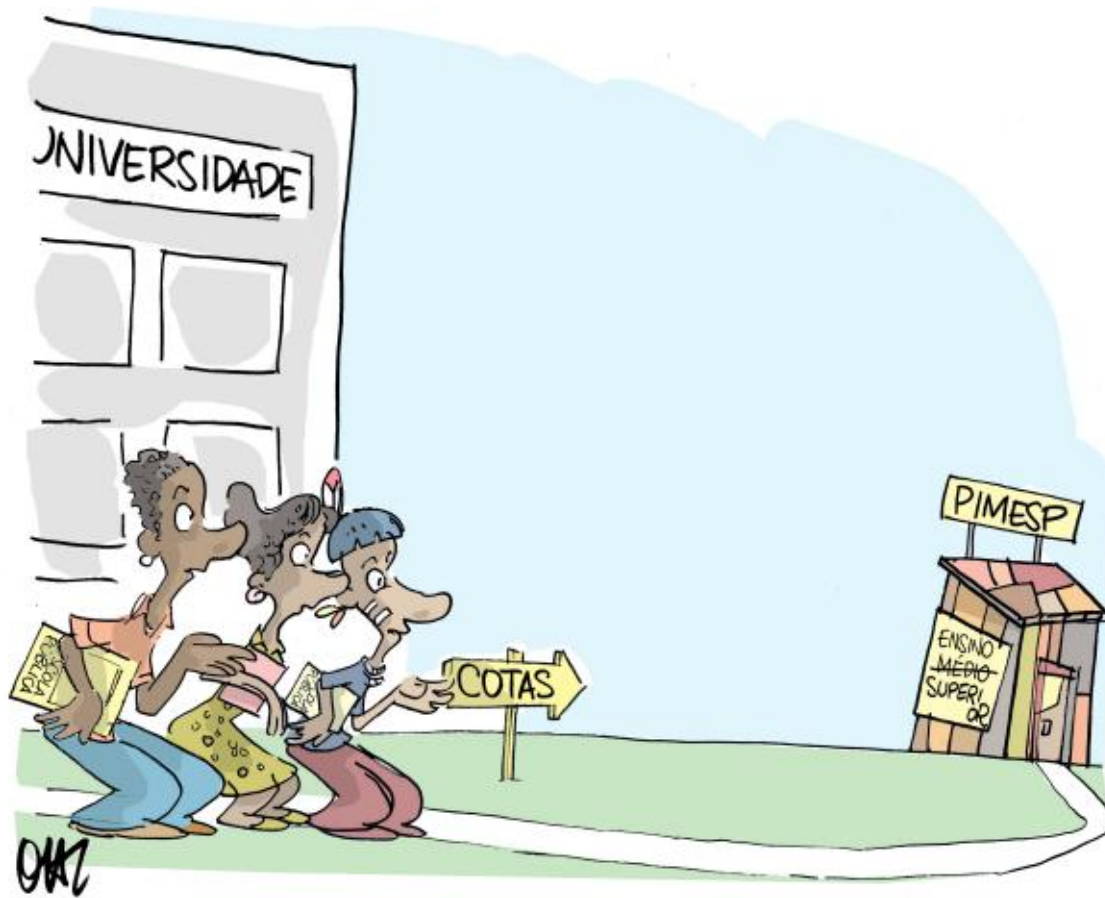
Ministro e movimentos sociais criticam Pimesp em audiências públicas na Alesp

Duas audiências públicas realizadas na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), nos dias 11/3 e 13/3, ensejaram o debate acerca do Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Paulista (Pimesp), anunciado oficialmente pelo governo estadual em 20/12/2012, encaminhado no início deste ano às unidades e atualmente em discussão nas congregações da USP.

Na audiência do dia 11, organizada pela bancada de deputados estaduais do PT, compuseram a mesa Aloizio Mercadante, ministro da Educação; Soraya Smaili, reitora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp); a deputada Leci Brandão (PCdoB), presidenta da Comissão de Educação da Alesp; e os deputados Adriano Diogo (PT) e Alencar Santana (PT). Carlos Vogt, assessor do governador Geraldo Alckmin, coordenador geral da Univesp, ex-reitor da Unicamp e principal articulador do Pimesp no Palácio dos Bandeirantes, compareceu ao plenário, mas retirou-se antes do fim da sessão.

Mercadante fez uma extensa apresentação das políticas educacionais desenvolvidas em sua gestão e na anterior. Após destacar a Lei 12.711/2012, que obriga as universidades federais brasileiras a reservarem 50% de suas vagas para a matrícula de alunos oriundos de escolas públicas, considerando a representação étnica em cada Estado para o preenchimento das vagas, o ministro criticou o Pimesp.

O principal alvo de Mercadante foi o *college*, previsto no Pimesp como um curso semi-presencial de dois anos para aprendizagem de conteúdo geral e de caráter técni-



co direcionado aos estudantes de escolas públicas que quiserem entrar nas universidades públicas paulistas (USP, Unesp e Unicamp). “O *college* está sendo pensado de um jeito que traz as seguintes reflexões do meu ponto de vista: por que os créditos do curso não valerão para a universidade? Se os créditos do *college* não são incluídos quando o aluno entra na universidade, significa que aquele que entrar pelas cotas vai fazer

um curso de quatro anos em seis, e o curso de seis, ele vai fazer em oito anos. E como é que você vai pegar um jovem e falar que tem dois anos em que ele vai estudar, mas não vão contar para a sua universidade? Ele vai buscar uma alternativa. A evasão vai ser muito grande”, avaliou Mercadante.

Semi-presencial. O ministro também questionou o caráter semi-presencial do curso.

21/3: Assembleia da Adusp. Compareça!

Nossa primeira assembleia deste ano ocorrerá na próxima 5a feira, 21/3, às 17h00, no Auditório Jacy Monteiro do IME, quando trataremos dos seguintes temas:

1. Campanha de data-base 2013;
2. Pimesp;
3. Comissão da Verdade da USP;
4. Progressão Horizontal;
5. Reforma da sede da Adusp no campus Butantã.

Há muito sobre o que refletir, há posições que precisaremos assumir, pois calar não nos parece possível... Mas, para quebrar o silêncio, é fundamental a presença dos colegas. Assim, a discussão se enriquece, as deliberações refletem o pensar da categoria, todos se fortalecem. Contamos com sua participação!

“Quando você faz uma política de *college* que é um ensino à distância, não está permitindo a convivência e integração desses estudantes na universidade, o que é um princípio fundamental das cotas. O aluno ficará à distância, apartado. E se será oferecido um ensino à distância para alunos do ensino médio, por quê dar esse curso apenas para 1.800 estudantes? Por que não se disponibiliza isso para todos os estudantes do ensino médio, dado que a responsabilidade do ensino médio é da própria Secretaria de Educação que vai fazer o *college*?”

As opiniões de Mercadante ressaltaram divergências conceituais. Segundo o ministro, dados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) utilizados pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que garante a entrada de alunos de escolas públicas nas universidades federais, mostram que a diferença entre o desempenho dos alunos cotistas e não cotistas é mínima, inclusive nas carreiras mais concorridas. A ponderação foi feita com a intenção de mostrar o bom desempenho dos cotistas, frente à retórica de que as cotas ameaçam o mérito e, por isso, precisam de muletas para justificá-las.

Ao *Informativo Adusp*, Vogt declarou que ajustes ao programa não estão descartados, caso a proposta não seja aprovada nas universidades. “Estão surgindo muitas opiniões diferentes, mas nada é definitivo. Estamos trabalhando dentro da perspectiva de autonomia universitária [para a aprovação do Pimesp]”. Mercadante também se manifestou sobre esse ponto, argumentando porém, inversamente, que “na universidade, autonomia não é soberania”, pois a universidade “é

administrada com impostos que a sociedade paga, e ela deve ter, como contrapartida, políticas públicas para o bem da nação”.

E os reitores? A audiência pública de 13/3 foi convocada pela Comissão de Educação da Alesp, com a finalidade específica de debater o Pimesp. Por esta razão foram convidados os reitores João Grandino Rodas (USP), Fernando Ferreira Costa (Unicamp) e Julio Cezar Durigan (Unesp). Contudo, apenas Durigan compareceu.

Como representantes dos ausentes estavam Telma Zorn, pró-reitora de Graduação da USP, e João Frederico da Costa Azevedo Meyer, pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários da Unicamp. Também compuseram a mesa os deputados Adriano Diogo (PT), Alencar Santana (PT) e Carlos Gianazzi (PSOL), e o ex-reitor Carlos Vogt (Univesp). Grande número de estudantes e alguns docentes da USP compareceram, além de representações da Unesp e Unicamp.

A ausência dos reitores da USP e da Unicamp foi sentida e ganhou destaque. “Há dois anos o Rodas está sendo convidado para vir falar sobre questões da universidade na Alesp e não vem. Ele também não veio hoje na audiência e, por isso, o líder do governo na casa falou ‘Chega! Ele não comparece, não dá satisfações, agora terá de aparecer aqui por convocação, não mais por convite’”, contou o deputado Adriano Diogo ao *Informativo Adusp*.

Primeiro a se manifestar, Vogt só iniciou sua exposição após a distribuição, no plenário, de um folheto explicativo sobre o Pimesp. “Esta é uma proposta que nasceu no Cruesp [Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo] e foi levada ao governador, porque ela pressupõe a criação de um fundo de apoio aos estudantes e para isso teve a concordância do governador. Mas insisto em dizer que esta proposta está sendo discutida nas universidades”.

O cunho do programa foi repetido por Vogt durante o discurso. “Essa é uma proposta que contempla as metas e inclui [os excluídos] dentro de sua dinâmica, mantendo o princípio da qualidade dos cursos e objetivando a busca de talentos para adentrar a universidade”.

Constrangimento. Em seguida, os representantes das universidades estaduais falaram das políticas de inclusão já existentes nas suas instituições, mas quase nada sobre o Pimesp. “Essa proposta



Estudantes lotam o plenário da Alesp em 13/3

foi discutida com os três reitores e terá o respaldo do conselho universitário”, anunciou o reitor Durigan.

A pró-reitora Telma Zorn foi vaiada quando elogiou o programa de permanência estudantil da USP e mencionou a necessidade de manter o Programa de Inclusão Social (Inclusp), mesmo com a eventual implantação de nova proposta. “É necessário não apenas o Pimesp, mas que os programas [de inclusão] sejam aperfeiçoados”, disse.

Além disso, a pró-reitora protagonizou um episódio constrangedor, quando, durante a fala de uma estudante, movimentou-se, deixando claro que queria retirar-se da sessão. Nesse momento, foi surpreendida pelo deputado Alencar Santana que, após pedir desculpas por interromper a fala da estudante, solicitou que Telma permanecesse até o final da audiência para ouvir o que os demais participantes da sessão tinham a dizer. Afinal ela estava representando o reitor. A solicitação do deputado foi atendida e a pró-reitora voltou então à poltrona que ocupava.

O pró-reitor João Meyer disse que a Unicamp está “se preparando de forma a combinar todos esses programas”, ou seja, os de inclusão que já existem na instituição e o Pimesp.

“Méritos?” Silvio Almeida, da Frente Pró-Cotas estadual, saudou o professor aposentado Kabengele Munanga (FFLCH), presente no plenário. O advogado atacou o Pimesp, alegando que, por meio do *college*, ele “cria uma discriminação negativa não permitida pela Constituição Federal”. Disse também que contar com os conselhos universitários para a

aprovação de cotas é um equívoco e que isso terá de ser feito por vias legais. Silvio ainda mencionou a falta de representatividade para a elaboração do programa. “Essa proposta foi tirada da cabeça dos reitores, o que não significa que nasceu das universidades, porque universidade é a comunidade acadêmica”, disse, sendo aplaudido de pé pelos presentes.

Douglas Belchior, conselheiro da rede de cursinhos populares Uneafro, apresentou um histórico das discussões sobre cotas raciais feitas pelo movimento negro na cidade de São Paulo nos últimos anos. Encerrou com um apelo direcionado aos representantes das universidades: “Unam-se a nós e contraponham-se ao governador. Vamos dialogar e construir um projeto de cotas de verdade”.

Pedro Serrano, do DCE-Livre Alexandre Vannucchi Leme, da USP, questionou a ausência dos reitores na sessão: “Não vamos permitir que o Pimesp seja aprovado. Exigimos que não haja nenhuma deliberação sobre o assunto antes de uma ampla discussão”.

A professora Lighia Brigitta Horodyski-Matsushigue, que falou em nome da Adusp, criticou o prazo de apenas 60 dias para a discussão do tema nas unidades, questionou os dados apresentados pelo governo Alckmin para justificar o programa, e rebateu a inclusão do ensino à distância como parte da proposta. “O ensino à distância é absolutamente inadequado. O ICES [Instituto Comunitário de Ensino Superior, previsto para ministrar os cursos semi-presenciais do Pimesp] parece só estar aqui para justificar a continuidade da Univesp [Universidade Virtual do Estado de São Paulo,

responsável pelos cursos a serem oferecidos no ICES], que anda mal das pernas”. Logo que a professora Lighia iniciou sua fala, a pró-reitora novamente se retirou, retornando apenas quando a representante da Adusp já havia encerrado sua intervenção.

“Racismo”. Quase ao fim da sessão, a deputada Leci Brandão, que presidiu a mesa, disse desejar o acesso ao ensino superior a todas as pessoas, independentemente da etnia, mas ressaltou a existência do racismo brasileiro: “O Brasil é o país do preconceito”. A deputada também fez referência ao conceito de mérito para a implantação de políticas de ação afirmativa. “Mérito, louvor, está no seio das escravas negras, que alimentaram a elite branca durante a escravidão”.

Maria José Menezes, colaboradora do Núcleo de Consciência Negra, lembrou das transformações sociais que as cotas sociais com recorte racial podem promover. “A inclusão social e racial significa mudar paradigmas”, expressou ela. E acrescentou: “Essas transformações são necessárias para mudar o jeito de pensar da universidade, para mudar os currículos e as pesquisas das instituições”.

Carlos Vogt manifestou-se novamente ao final da audiência, para responder às críticas. Assinalou que a autonomia universitária “foi uma conquista das universidades conseguida em fevereiro de 1989”. Quanto à implantação do Pimesp, disse ser favorável a uma negociação: “Tudo que temos que tentar evitar agora é uma situação de confrontos”.

Cresce número de sindicâncias na EACH

De 2009 a fevereiro de 2013, nada menos do que 16 sindicâncias com envolvimento de docentes foram instauradas na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) — oito delas somente em 2012. Duas das sindicâncias resultaram em processos administrativos contra docentes, em 2011 e 2012. No Instituto de Ciências Biológicas, outro número alto: 11 sindicâncias referentes a docentes foram instauradas no período. Duas resultaram em processos administrativos, em 2010 e 2012.

A situação do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas também merece destaque: foram seis processos administrativos contra docentes desde 2009, e duas sindicâncias em 2011. A Faculdade de Ciências Farmacêuticas e o Instituto de Geociências instauraram, cada, três sindicâncias referentes a professores. A Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e a Faculdade de Direito do Largo São Francisco estão entre as que abriram, cada uma, uma sindicância, sem resultarem em processos.

A maioria das unidades não abriu sindicâncias nos últimos quatro anos. A Adusp solicitou informações às 42 unidades da USP e à Reitoria, por meio do Ofício 4/13. Até o fechamento desta edição, 27 delas haviam respondido à solicitação. A Reitoria não se manifestou.

“Punição”. Adriana Tufaile, representante docente no Conselho Técnico Administrativo (CTA) da EACH, é alvo de uma sindicância pelo simples fato de que a pro-

fessora utilizou a lista de correio eletrônico dos docentes para expor problemas vinculados ao *modus operandi* da administração da unidade com relação às reuniões do CTA. “Na minha mensagem eu apenas discutia com meus representantes os problemas que constatei no CTA e isso gerou uma sindicância que teve que envolver três docentes e uma secretária”, conta.

“Várias sindicâncias estão sendo usadas como ferramentas de coibição e punição dos docentes e funcionários que em algum momento discordaram de algo feito pela administração da EACH”, afirma a professora. “Como as sindicâncias supostamente têm que acontecer em sigilo, vários colegas da EACH sofriam ou sofrem calados”.

Adriana reclama das dificuldades para resolver o caso e das abordagens feitas. “Minha oitiva já aconteceu. Os colegas da comissão de sindicância foram simpáticos, mas as perguntas foram constrangedoras, por exemplo: ‘o que a senhora quis dizer neste trecho [do e-mail]?’; e citaram trechos retirados do contexto”. A professora ressalta que ela e sua advogada não conseguiram cópias do processo de sindicância.

Também não teve acesso aos documentos que solicitou o professor Gerardo Kuntschik, intimado para uma sindicância da qual teve conhecimento no dia 22/2/2013, quando foi convocado a comparecer perante a comissão de sindicância da EACH. Antes de sua oitiva, o professor pediu acesso ao teor da respectiva portaria, sem êxito. “Considero inaceitável, e ilegal, não conhecer o conteúdo de uma sindicância na qual estou envolvido, o que no meu

entender prejudica o meu direito de defesa ou esclarecimento”. Apenas no dia da oitiva, Kuntschik descobriu que não era acusado, e sim acusador no caso investigado.

“Basicamente fui solicitado a responder três perguntas que poderiam ter sido feitas previamente para eu preparar o meu depoimento. Considero isso muito importante, pois pelo menos uma pergunta envolvia outros colegas com os quais trabalho e minhas respostas poderiam, eventualmente, tê-los prejudicado”, conta o professor.

A inexistência de diálogo preocupa os docentes. Alberto Tufaile responde a um processo administrativo resultante de uma sindicância cuja instauração se deve a uma discussão sua com um colega de trabalho, a respeito de uma festa dada por estudantes em seu laboratório, em 2011. “O diretor abriu um processo disciplinar já indicando a minha penalidade de ‘repreensão’, pois achou que o relatório [da sindicância] era muito claro. Entreguei a minha defesa no dia 24/9/12. O prazo para acabar o processo administrativo é de quatro meses. A direção da EACH-USP não responde aos pedidos de resultado do processo, não dialoga de forma alguma. Estou aguardando a resposta até hoje, por mais de cinco meses”, reclama.

Liberdade. Com a intenção de frear novas sindicâncias na unidade e, assim, proteger a liberdade e a idoneidade dos colegas, um grupo de professores elaborou documento que exigia a inclusão do assunto na pauta da reunião do CTA realizada em 6/3. Outro documento apresentado pelo grupo pe-

dia à direção da EACH informações sobre o orçamento da unidade e outras questões administrativas.

Os documentos foram assinados por Adriana Tufaile, na condição de representante docente no CTA. Na reunião, ao fazer questionamentos sobre as sindicâncias citando como exemplo seu próprio caso, Adriana sentiu-se ameaçada: “O diretor disse que este meu comportamento de falar sobre a sindicância poderia gerar outra sindicância”.

Também presente à reunião, o professor Luiz Menna-Barreto, presidente da Comissão de Pesquisa, relatou ao *Informativo Adusp* que a Procuradoria Geral da USP, consultada a respeito do pedido de dados sobre as investigações, manifestou necessidade de sigilo quanto aos processos, dando aval à falta de transparência na unidade. “Assim, a diretoria se declara impedida de oferecer os esclarecimentos solicitados”, explica o docente.

O diretor da EACH, professor Jorge Boueri, declarou ao *Informativo Adusp* que 16 sindicâncias “não é um número elevado, considerando-se que a Escola possui aproximadamente 5.000 alunos, 266 professores, 200 funcionários”. Boueri avalia que a EACH ainda é uma escola jovem, e que falta a alguns de seus docentes “um pouco mais de experiência e mesmo de conhecimento com relação aos preceitos administrativos”. Por isso, segundo o diretor, a “direção tenta, na medida do possível, usar primeiramente do diálogo, mas não pode se esquivar de seu dever ético e legal de apurar possíveis irregularidades”.

Ação da URV: USP é citada

Conforme noticiamos na edição 357 do *Informativo Adusp*, foi ajuizada, em 22/1/2013, a ação coletiva visando a correção e o pagamento das diferenças salariais dos vencimentos e proventos decorrentes da conversão das normas instituidoras do real como moeda (URV). A ação corre perante a 5ª Vara da Fazenda Pública, sob o número 0002800-85.2013.8.26.0053. Em 22/2/2013, o juiz determinou a citação da Universidade para que apresente sua defesa no prazo de 60 dias. Estamos aguardando que a USP se manifeste.

Mudanças nos holerites

Todos fomos surpreendidos com alterações nas alíneas dos holerites, quando do pagamento dos salários referentes ao mês de fevereiro de 2013. No novo modelo, os adicionais relativos a quinquênios, sexta-parte etc. aparecem divididos em duas linhas: a primeira referente ao valor nominal recebido até 2003 e a segunda referente à diferença entre o que havia sido recebido antes de 2003 e o total a que cada um faz jus. Muitos colegas entraram em contato com a Adusp, para tentar esclarecer os motivos que levaram a Reitoria a fazer essa mudança, pois a mensagem eletrô-

nica encaminhada pela administração não deixava clara a motivação ou as consequências que poderiam advir destas alterações.

A diretoria da Adusp tomou, então, a iniciativa de encaminhar o ofício ao reitor, com cópia para a chefia de gabinete e o departamento de recursos humanos, no qual formulávamos várias questões que refletiam as preocupações dos colegas: justificativa para a mudança e seu alcance efetivo com relação aos vencimentos e proventos; razão da implementação dessa mudança nesta data, considerando que as

mudanças constitucionais apontadas nos holerites ocorreram em dezembro de 2003; se houve mudança na base de cálculo para a incidência da Contribuição Previdenciária e/ou Imposto de Renda; sobre quais rubricas incidirão os futuros reajustes; consequências que estas alterações poderão trazer para o cálculo de aposentadorias e pensões.

O ofício foi encaminhado no dia 11/3 e é de se supor que a Reitoria saiba responder a todas estas questões, sem o que uma alteração deste tipo poderia ser, no mínimo, temerária. Assim, é nossa expectativa que a resposta ao ofício da Adusp seja encaminhada nos próximos dias. Aguarde notícias...

Homenagem a Alexandre Iota Geociências

Centenas de pessoas participaram da cerimônia pública realizada em 15/3 no saguão do Instituto de Geociências (IGc-USP), em que a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça anistiou Alexandre Vannucchi Leme, que estudava na unidade, em 1973, quando foi assassinado pelas equipes de torturadores do II Exército, em São Paulo. Familiares e amigos de Alexandre compareceram.

O presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, e a ministra da Secretaria dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, declararam que o Estado brasileiro reconhece sua culpa pelo ocorrido e pede oficialmente desculpas à família.

Estiveram presentes o coordenador da Comissão Nacional da Verdade (CNV), professor Paulo Sérgio Pinheiro; o presidente da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), Marco Antonio Barbosa; o presidente da Comissão Estadual da Verdade “Rubens Piva”, deputado Adriano Diogo; o senador Eduardo Suplicy; o deputado federal Ivan Valente; o presidente da UNE, Daniel Ilescu; o presidente



Daniel Garcia

Ministra Maria do Rosário e parte da mesa do IGc

do DCE-Livre Alexandre Vannucchi Leme, Adrian Fuentes; os ex-ministros Paulo Vannuchi e José Gregori; o ex-governador Alberto Goldman; e representantes da Adusp, do Fórum Aberto pela Democratização da USP, da CUT, da Conlutas e outras entidades.

Na mesma cerimônia, Clarice Herzog, viúva de Vladimir Herzog, e seus filhos receberam das mãos de Rosa Cardoso, integrante da CNV, o novo atestado de óbito do jornalista, assassinado em 1975. O atestado original, que indicava “suicídio” como causa da morte de Herzog, professor da ECA-USP, foi corrigido por decisão judicial. O novo documento registra que o jorna-

lista foi assassinado em decorrência de lesões e maus-tratos sofridos nas dependências do II Exército.

“**Nação justa**”. Paulo Abrão destacou a importância de realizar-se, pela primeira vez, um ato público reunindo a Comissão de Anistia, a CEMDP e a CNV. Ele declarou que a homenagem se estendia também a Ronaldo Mouth Queiroz, igualmente aluno do IGc, assassinado um mês depois de Alexandre. A ministra Maria do Rosário chamou atenção para os “assassinatos bárbaros e cruéis” de Alexandre e Ronaldo, que resultaram de um processo político “engendrado como terrorismo de Estado”.

O diretor do IGc, professor Valdecir Janasi, fez um discurso curto, mas contundente, saudando os “visitantes ilustres que vieram compartilhar este momento tão significativo” e homenageando a turma de Alexandre na unidade: “Além de se tornarem geólogos, tinham o desafio de construir uma nação justa. No caso de Alexandre e Ronaldo, isso lhes custou a vida”. Ele valorizou a “forma-

ção moral” propiciada pelos trabalhos da Comissão de Anistia, que sustentam “o direito à verdade, o direito à memória e o direito à resistência”. Repudiou, ainda, os “discursos que relativizam os males da Ditadura e apresentam a tortura como justificável”.

O deputado Adriano Diogo, ex-prespo político e ex-aluno do IGc, onde foi colega de Alexandre, emocionou-se ao se dirigir às irmãs dele, presentes ao ato. Ele observou que cerca de quarenta alunos do instituto foram presos na mesma época, por fazerem oposição à Ditadura Militar, e que uma missa por Alexandre, organizada pelos estudantes, lotou a Catedral da Sé.

Parlamentares pressionam Rodas

O reitor Grandino Rodas, da USP, reuniu-se em 11/3, na sede do Cruesp, com o senador Eduardo Suplicy (PT) e os deputados federais Paulo Teixeira (PT) e Ivan Valente (PSOL). O encontro, solicitado em junho de 2012 pelos parlamentares, a pedido do Grupo de Trabalho de Direitos Humanos (GT-DH) da Adusp, só recentemente foi agendado pela Reitoria. Sua finalidade foi debater a criminalização dos movimentos sociais e propostas de sustação de processos e penas aplicadas aos mais de cinquenta estudantes e funcionários envolvidos na ocupação do prédio da Reitoria, em 2011, em protesto contra a presença da Polícia Militar no campus do Butantã.

Também foi abordado na reunião um tópico que não existia quando ela foi solicitada: a denúncia apresentada pela promotora de justiça Eliana Passareli, do Ministério Público Estadual (MPE), contra setenta e dois manifestantes presos pela tropa de choque da PM durante a reintegração de posse da Reitoria, en-

tre eles os alunos e funcionários processados administrativamente pela USP (vide *Informativo Adusp* 357).

No início do encontro, o deputado Paulo Teixeira entregou ao reitor uma carta elaborada pelo GT-DH. O documento propõe que a USP anistie os estudantes e funcionários punidos, defende a abolição do Regime Disciplinar de 1972, em plena Ditadura Militar e questiona a iniciativa do MPE, que considera despropositada, de pedir penas de prisão para os manifestantes. Vários membros do GT-DH dispuseram-se a participar da reunião, mas a Reitoria não permitiu.

Anistia. Os parlamentares criticaram a denúncia do MPE, uma vez que os estudantes que ocuparam a Reitoria estão sendo acusados da prática de diversos crimes e denunciados por formação de quadrilha. Teixeira ressaltou que “o ideal é que questões desse tipo sejam resolvidas no âmbito da Universidade” e que a denúncia foi desproporcional.

Os parlamentares apontaram a importância de abertura de diálogo com as entidades, que resulte na mudança do regimento interno da Universidade. Propuseram a revisão do convênio com a Secretaria de Segurança Pública, com ampla discussão com a comunidade.

O reitor declarou-se aberto ao diálogo com a Adusp, o Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp) e o DCE Alexandre Vannucchi Leme, acenou com a possibilidade de revisão do Regime Disciplinar, mas afirmou ser necessária uma “mudança de patamar” para que se chegue a uma solução que beneficie a todos. O encontro terminou com a proposta de que o contato entre parlamentares e a Reitoria seja retomado, depois que as propostas forem analisadas por esta.

“A reunião aconteceu em um clima muito fraterno de debate. Nós discutimos ponto a ponto o roteiro, principalmente para estabelecer um diálogo com as entidades representativas que atuam na Universidade”, disse Teixeira.

“A reunião teve caráter positivo, porque a conversa foi muito

franca e direta”, declarou o deputado Ivan Valente. “Os argumentos trocados foram bastante duros, apesar de ter sido uma reunião amável. A Reitoria queria que, em troca do atendimento da nossa pauta, os parlamentares tivessem controle sobre o movimento social, o que é impossível”.

De acordo com Valente, o reitor alegou, diante da proposta de anistia, que não poderia recuar nas punições porque “ficaria desmoralizado” frente aos grupos radicais. Acrescentou que as penas aplicadas foram “muito leves”. Os parlamentares ponderaram que o reitor deveria ter como referência a sociedade, levando em conta que a anistia criaria um clima positivo para o diálogo.

“O reitor ficou de nos dar uma resposta. Não dá para dizer se houve algum recuo. Mas talvez se avance na revisão do Regime Disciplinar”.

Vale lembrar que, em reunião realizada com as entidades em dezembro de 2012, o reitor comprometeu-se a constituir uma comissão paritária para discutir o Regime Disciplinar. Seria um bom começo de conversa...